

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.583.750 - RJ (2019/0274933-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ROD E TERMINAIS DO EST RJ
ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904
INGRID KUWADA OBERG FERRAZ PIMENTA DE SOUZA - RJ099589
MARCELO OLIVEIRA ROCHA - RJ002683A
NAOMI KUWADA OBERG FERRAZ - RJ060316
FABIANA SALES PALMEIRA - RJ167303
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE
PROCURADOR : PETER CHARLES SAMERSON - RJ164188

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO ROD E TERMINAIS DO EST RJ - CODERTE em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO PRIVADO DA ADMINISTRAÇÃO. REVOGAÇÃO DE DOAÇÃO COM ENCARGO.

1. Trata-se de apelação cível manejada pela parte ré que se insurgiu contra sentença de procedência do pedido de revogação de doação em virtude do não cumprimento do encargo adjeto.

2. Não há falar em prescrição tendo em vista a regra do art. 2.028 do CCB, pelo que quando da entrada em vigor do novo Código Civil não havia transcorrido mais da metade do prazo vintenário previsto no art. 177 do CC/16.

3. Não consta no contrato privado da Administração qualquer previsão que atenuie ou impeça os efeitos do descumprimento do encargo adjeto à doação, sendo certo que, de acordo com o Código Civil, basta a mora do donatário para a revogação, sem se cogitar de sua causa. Aliás, se a causa da doação está no encargo não pode subsistir contrato que teve sua causa violada.

4. Negado provimento ao recurso." (fl. 144)

Embargos de declaração rejeitados.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação ao art. 489, § 1º, do CPC/15, sustentando, em síntese, que *"não houve nem por parte do Juízo sentenciante, nem por parte do Tribunal Regional (sic) o adequado enfrentamento de todos os argumentos suscitados em sede de apelação"* (fl. 184).

Apresentadas contrarrazões às fls. 194/201.

É o relatório.

Rejeita-se a alegação de violação ao art. 489, § 1º, do CPC/15, uma vez que a parte recorrente limita-se a apresentar alegação genérica de omissão, sem especificar quais teriam sido as teses, argumentos ou temas omitidos e quais seriam, teoricamente, sua relevância para a solução da causa. O apelo, portanto, nessa parte, atrai o óbice da Súmula 284 do STF, aplicada por analogia. Nesse sentido confirmam-se:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. SÚMULA N. 284 DO STF. PLANO DE SAÚDE. DEPENDENTE. IDADE LIMITE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Considera-se deficiente, a teor da Súmula n. 284 do STF, a fundamentação do recurso especial que alega violação do art. 535 do CPC, mas não demonstra, clara e objetivamente, qual o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido que não teria sido sanado no julgamento dos embargos de declaração.

(...)

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

(EDcl no AREsp 336.626/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015 - grifou-se)

"RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO PARA FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7 DO STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 535 do Código de Processo Civil, quando o recorrente

apresenta alegação genérica de omissão, sem se preocupar em especificar quais seriam exatamente as omissões e qual a relevância da questão omitida para solução da controvérsia, atraindo, de forma inarredável, a exegese da Súmula 284/STF: 'É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia'.

(...)

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 263.135/RJ, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 29/04/2014 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator